

OS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: AS CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES

MENDANHA, Sílvia do Socorro
(PPGE/FE/UFG)

mendanhasilvia@yahoo.com.br

BITTAR, Mona
(PPGE/FE/UFG)(orient.)
monab@bol.com.br

Uma justificativa muito comum que pode ser escutada em diversas escolas, sobretudo, nas infantis, é o discurso de que a criança está sendo matriculada para que seja socializada. E nas entrelinhas dessa costumeira forma de se expressar presume-se que antes da criança frequentar a escola ela ainda não está socializada, mas começará a sê-lo no momento em que começar a estudar. Nessa concepção, pode-se afirmar que a educação escolar assumiu a função de socializar a criança. Sendo, portanto, essa instituição incumbida de iniciar a criança egressa do meio familiar na vida social adulta. Assim, os pais enviam seus filhos à escola para que a mesma promova a sua integração à sociedade. No entanto, a ausência de uma reflexão crítica acerca do processo de socialização da criança acaba por convencionar a educação escolar, integralmente, como uma instância socializadora da criança. Socialização ou conhecimento sistematizado: qual é a função da escola? Em seu amplo papel, a escola desempenha ambas as funções e muitas mais, que não serão aqui citadas por não fazerem parte da discussão central desse trabalho. No entanto, ao entrar para a escola a criança já é um ser socializado. Isso porque a criança não é um ser despregado da sociedade em que vive, desde a sua concepção a criança já tem uma existência social e ao nascer se coloca em relação com o meio histórico-social em que irá viver. Isso significa que a própria existência da criança já é uma atividade social e que a criança, por conseguinte, é um ser social, é um ser genérico. Em Marx (1989, p.165), podemos ler um importante excerto acerca do ser genérico, para ele o homem é um ser humano e social porque “faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. Possui uma atividade vital consciente.” Desse modo, desde os primeiros dias de vida, até a sua morte, o homem se relaciona subjetivamente e objetivamente com os outros homens e com o seu contexto social e histórico para tentar suprir suas necessidades de forma consciente. Ao tentar suprir tais necessidades o homem realiza trabalho e por meio do trabalho realizado, exterioriza-se na sociedade em que vive e, ao mesmo tempo, interioriza a realidade social por ele vivida. Nesta perspectiva, e nesse movimento, se socializa, se torna um ser humano e social. Dialogar com o tema da socialização requer rigor teórico e como as palavras, muitas vezes, não soam precisas o suficiente para desvendar as artimanhas do

raciocínio é preciso refletir sobre as diferentes concepções dos processos de socialização e desvelar a sua constituição. Assim, se faz necessário evidenciar a recíproca e infindável relação entre homem e sociedade, como o homem se tornou e se compreendeu um ser genérico dentro dessa relação? Parafraseando Marx (1989), quando o homem entra em relação com a sua vida social ele constitui, no veio dessa relação, sua natureza humana, suas necessidades se tornam necessidades humanas, isto é, necessidades conscientes, e o outro homem enquanto pessoa também se torna uma necessidade. Nesse sentido, a vida individual e a vida genérica do homem não são distintas. Pensando sobre esta complexa relação, Marx (1989) desvela quatro aspectos básicos da atividade social que constituem as relações históricas primordiais. Para Marx, a primeira premissa de toda existência humana é o surgimento de intermináveis necessidades. O homem vem ao mundo apetente e para tentar satisfazer tais necessidades entra em relação com outros homens e com a sociedade que o cerca. Isso decorre do fato de que o homem tem de estar em condições de viver para poder fazer história. E tais condições esbarram nas necessidades humanas como, por exemplo: comer, beber, vestir-se, dentre outras. Contudo, ao satisfazer essas necessidades, surgem novas necessidades e isso se converte em um movimento incessante que torna o homem interdependente da relação com a sociedade e com os outros homens. Esse é segundo aspecto social considerado por Marx é a condição inevitável do surgimento de novas necessidades. O referido autor argumenta que quando a primeira necessidade é satisfeita, a ação de satisfazê-la e o instrumento realizado para isso, conduzem a novas necessidades e essa produção de novas necessidades é o primeiro fato histórico. Por meio desta linha de raciocínio, fica claro que para conseguir suprir suas carências e necessidades, que são inúmeras e contínuas, o homem nunca deixará de se colocar em relação com a sociedade e com os outros homens. Então, a socialização se constitui nesta infinita e movimentada ciranda que se estabelece entre homem e sociedade, se convertendo em um processo que se estenderá por toda vida social e humana. Esse fato é outra evidência que sinaliza nitidamente que a socialização da criança não começa apenas quando ela vai para a escola. A escola é uma das instâncias socializadoras que participa do processo de socialização, contudo há muitas outras como a família, a religião, os partidos políticos, os grupos de amigos e outras mais. A discussão sobre socialização e educação escolar deve, portanto, se constituir como uma crítica à apropriação reducionista do conceito de socialização, já que desde o seu nascimento a criança é um ser constituído de muitas necessidades para sobreviver e poder chegar à vida adulta. E que a partir da satisfação dessas necessidades, mesmo as biológicas, a criança já está em processo de socialização ou como resume Charlot (1983) a criança “já é sempre socializada”. Para o autor supracitado, a

criança não é um ser socializável como somos levados a acreditar, mesmo que se complequifiquem as modalidades de socialização. O terceiro aspecto social apontado por Marx são as transformações históricas produzidas e reproduzidas pelo próprio homem dentro da sociedade. O desenvolvimento histórico, dirá Marx (2005, p. 36), se processará pelo “fato de os homens, dia a dia, renovarem sua própria vida, começarem a fazer novos homens, a se reproduzir; é a relação entre o homem e a mulher, os pais e os filhos, a família”. Sendo assim, na passagem da idade infantil para a vida adulta, a criança se constitui, por exemplo, como filha ou como aluna, nessa constituição a criança é atuante em sua própria socialização e não apenas um ser que será socializado pela escola como somos levados a pensar. O quarto aspecto social discutido por Marx é a produção da vida objetiva e subjetiva do homem. E para assegurar que a produção da vida do homem e pelo homem se constitui pela via da relação social Marx (2005, p. 37) afirma que “a produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, surge imediatamente como uma dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social”. Dessa forma, é importante salientar que o modo de produção de cada momento histórico não diz respeito apenas ao modo econômico de cada sociedade, mas também ao modo de produzir e reproduzir a vida material e espiritual do homem, já que o mesmo se encontra em relação recíproca com a sociedade em que vive e se objetiva. Posteriormente a interpretação desses quatro aspectos da atividade social discutidos por Marx é importante explicitar que os mesmos não devem ser compreendidos como quatro estados diferentes, mas como quatro momentos que “existiram simultaneamente desde o começo da História e desde os primeiros homens, e que ainda hoje nela se manifestam” (2005, p. 36-37). É, por conseguinte, no caminhar da história que indivíduo e sociedade se constituem por meio de infinitas rupturas e continuidades históricas e sociais. É nesse sentido que Beger e Luckmann (2002) afirmam que a sociedade é uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva e, por este motivo, qualquer compreensão teórica relativa a ela deve abarcar ambos os aspectos citados. Isto implica enxergar a relação indivíduo/sociedade como um movimento dialético que está sempre em curso. Para se concretizar como processo constitutivo do indivíduo e da sociedade, a socialização fomenta diversas mediações que são as instâncias socializadoras. Tais instâncias formam esferas históricas e sociais que se operam numa relação interdependente, ao mesmo tempo, entre si e entre a sociedade, consolidando o caráter dialético de sua constituição. As instâncias socializadoras se produzem dialeticamente num contexto histórico definido, a partir das condições objetivas de vida que já se encontram em andamento numa determinada época histórica. Segundo Beger e Luckmann (2002, p. 175) o termo socialização refere-se “a ampla e consciente introdução de um indivíduo no mundo

objetivo de uma sociedade ou de um setor dela”. Para ambos o ponto inicial do processo de socialização é a interiorização. A interiorização é a interpretação, dotada de sentido, de um acontecimento objetivo, assim a interiorização é a manifestação de processos subjetivos de outrem que se tornam subjetivamente significativos para mim. Esse processo se inicia assim que o ser individual ganha vida e continua durante toda sua existência, desde que ele se relacione com o contexto sócio-histórico do qual faz parte. Desse modo, a partir de interiorizações e recíprocas objetivações é que o indivíduo vai se tornando um ser social e “o processo ontogenético pelo qual isso se realiza é a socialização” (BEGER E LUCKMANN, 2002). Nessa perspectiva, não há uma seqüência temporal que marque o início ou o fim da socialização, pois a mesma é um processo dialético e incessante que se constitui de movimentos recíprocos entre objetivação e subjetivação. Dessa forma, todo indivíduo já nasce dentro de uma estrutura social e objetiva, dentro da qual encontra, ao nascer, os significados (realidade objetiva) que se encarregarão de sua socialização. O presente estudo objetiva compreender as concepções atuais de socialização e para desenvolvê-lo serão utilizados os seguintes recursos metodológicos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa empírica. Será realizada a aplicação de um questionário com professores de duas Escolas Municipais e de dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS). O questionário abarcará questões abertas e fechadas que sejam capazes de apreender as concepções de socialização que se encontram subjacentes à relação entre criança e educação escolar. A investigação das concepções de socialização desses profissionais de ensino, tem a finalidade de apreender a relação entre socialização e educação escolar para desvelar o papel da escola na socialização da criança, bem como refletir sobre as repercussões que essas concepções podem acarretar na relação professor-aluno. A partir dos questionários que serão aplicados almeja-se analisar as concepções dos professores considerando duas variáveis: o nível de escolarização e o tempo de serviço. Essa pesquisa será sem dúvida importante para a apreensão e caracterização das concepções de socialização que estão sendo disseminadas atualmente. Justifica-se, assim, a importância de compreender a constituição das concepções atuais de socialização, sobretudo o estabelecimento da educação escolar como instância socializadora e a partir dessa compreensão, refletir acerca da visão de criança, de educação escolar e da própria socialização. Juntamente com a pesquisa empírica será realizada a leitura das obras fundamentais que trabalham a especificidade dos conceitos e categorias de análise do problema em questão. Busca-se, nessa trajetória, o esclarecimento do problema e a construção de uma forma de exposição que permita a apreensão e compreensão do objeto de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2002, 21ª edição.

CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica*. Tradução de Ruth Rissin Josef. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARX, Karl. *Manuscritos económico-filosóficos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____ e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.